

1 A FAMÍLIA E A FORMAÇÃO DOS JOVENS

Maria Nobre Damasceno

1.1 O estudo: concepção e prática investigativa

O texto é fruto de uma investigação focada no tema Família, Juventude e Valores¹ que procura compreender a ação formadora exercida pela família e pelos grupos juvenis, especialmente por meio das práticas educativas desenvolvidas junto aos jovens, com o intuito de verificar o contributo dessa formação na constituição destes enquanto sujeitos, especialmente no que concerne à elaboração de valores sociais.

Na atualidade, observa-se a necessidade cada vez maior de que instituições como família e os grupos sociais de convivência exerçam o seu papel de formadores, na consideração de que cabe essas instâncias socioeducativas uma função importante na sedimentação dos valores sociais.

É preciso ter clareza quanto ao papel das práticas educativas, na constituição do sujeito, notadamente daquela exercida

1. O texto resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq, coordenada por Maria Nobre Damasceno. Outros participantes da equipe (professores doutores, doutorandos e mestrandos do Programa de Pós-graduação em Educação da UFC) desenvolvem projetos focando a ação de outras instâncias formadoras, como escola, ONGs, movimentos sociais etc.

pela família, haja vista ser esta o primeiro e principal *locus* da socialização dos seres humanos, mesmo que, ao longo da vida, outras instâncias venham a influenciar de forma significativa, como é o caso da escola, da religião, do trabalho etc. A relevância maior decorre do fato de que o ambiente familiar tem impacto profundo no que se refere à autoconfiança das novas gerações, pois o envolvimento dos pais influencia na autoimagem do educando, nas relações sociais e, ainda, na linguagem, na formação de conceitos, habilidades motoras e de soluções de problemas. Convém ressaltar que a nova geração não recebe dos pais apenas a herança biológica, mas também os valores sociais e culturais por elas assimilados. Portanto, os modelos de comportamento que lhes são oferecidos têm grande significado para sua formação.

Por outro lado, a participação em organizações sociais juvenis favorece a reelaboração de sua consciência individual e coletiva. Sob tal aspecto, é relevante a contribuição de autores que abordam a consciência de grupos sociais, ou ainda da falta de unidade na própria consciência, haja vista que, embora a sociedade represente em si uma unidade e seu desenvolvimento possa ser homogêneo, a consciência do homem, especialmente daquele nascido em meio onde predominam as relações sociais capitalistas pode apresentar falta de unidade ou consciência fragmentária (LUKÁCS, 1974, GRAMSCI, 1978, PARANHOS, 1976, DAMASCENO, 1990, dentre outros).

Nesse meio e nessas experiências, entre outras, são formados os jovens como pessoas concretos, expressões de um gênero, raça, lugar e papéis sociais, de escalas de valores, de padrões de normalidade. Assim, apesar da aparência de homogeneidade, expressam a diversidade cultural: uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas. Dessa forma, a educação e seus processos devem ser compreendidos como transpostos aos muros escolares e vão se ancorar nas relações sociais.

O estudo, entre outras contribuições, aprofunda a compreensão acerca das formas de manifestações valorativas da juventude² internalizadas mediante as ações e relações desenvolvidas por jovens oriundos de meios sociais diferentes, considerando-os como atores sociais e sujeitos produtores de cultura. A óptica de abordagem adotada privilegia a educação como prática social, que trabalha a dialeticidade das relações intergeracionais, entendendo-os enquanto sujeitos coletivos, com ações, motivações, lutas, conflitos e seus saberes.

A reflexão busca compreender esse movimento mediante a captação e o entendimento do seu significado político-pedagógico, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Noutros termos, o ensaio procura verificar como a práxis educativa, que tipos de pedagogia e de *saber* são reelaborado ou criados pela *prática social* no processo de formação da juventude. Para as instâncias que trabalham com a perspectiva da educação emancipatória, esta relação torna-se ainda mais intensa, porquanto, à proporção que estuda criticamente com os jovens seus saberes, sua conduta, em que problematiza a realidade concreta que os envolve, o educador desenvolve mais agudamente a consciência da contradição, o que o capacita a novas possibilidades de intervenção educativa.

Como não poderia deixar de ser, essa concepção radica à educação um intento transformador, concebendo-a como um *projeto político* capaz de pensar as relações entre os diferentes grupos sociais. Trata-se de uma educação orientada para os fins e não

2. A pesquisa abrange dois meios sociais: a periferia urbana da Região Metropolitana de Fortaleza e assentamentos rurais do interior do Ceará; trabalhou-se com cerca de 80 jovens e suas famílias. No que concerne ao perfil das famílias este relato trata mais diretamente da periferia urbana de Fortaleza, ao passo que, outro componente do grupo coube a tarefa de analisar a situação das famílias dos assentamentos rurais.

para os meios, requerendo que a ação pedagógica seja realizada a partir do homem e da mulher, situados num contexto social concreto. A proposta de uma *pedagogia da autonomia*, fundamental para a formação da juventude, encontra suas bases em Freire (1998) e Gramsci (1978), dentro outros.

De acordo com a perspectiva gramsciana, o processo formativo exige por parte do educando grande esforço e um trabalho disciplinado e metódico, tornando-se necessário que este adquira certos hábitos de exatidão, diligência de concentração psíquica; a formação requer o desenvolvimento das capacidades de autonomia e autodireção. Do exposto, não se deve deduzir que o autor advoga a “disciplinação” pura e simples e a coerção autoritária; desta óptica, a *disciplina* é entendida como consciência daquilo que vem do exterior. É uma *atitude interna* que visa a conduzir à autonomia da personalidade. Somente nestas bases, as atividades dos jovens adquirem sentidos e se expressam de forma criativa.

Vale destacar o fato de que o cotidiano dos grupos juvenis é constituído por um corpo vivo de relações entre seus integrantes. Estas são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Interessa penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas e entender as trocas que realizam entre si. Enfim, descobrir como *aprendem* e *ensinam* no movimento da vida social, neste universo vasto e rico para a produção da cultura e a elaboração da sociabilidade. Foram privilegiadas, por conseguinte, os diversos olhares dos agentes sociais envolvidos (na formação da juventude em diferentes meios sociais).

Desse modo, foi feito um esforço consciente para apreender e compreender como as múltiplas ações e relações destes agentes socializam os jovens. Segundo a concepção adotada, identificar tais elementos implica situar os atores sociais, observando o seu

contexto, ações e relações, de modo a compreender seu discurso, sua racionalidade, suas justificativas e motivos que orientam suas práticas, os elementos de que eles compartilham com os seus pares ou sua comunidade, tendo, portanto, uma dimensão social. Esse prisma de análise encontra suporte em Habermas (1988) e na abordagem da etnometodologia que norteia a observação e entendimento da vida cotidiana (Coulon, 1995).

Nesta parte do trabalho, busca-se *conhecer e analisar* as ações formadoras no âmbito da juventude, realizadas pela família e pelas organizações juvenis, com práticas voltadas para a educação juvenil, apreendendo e discutindo os elementos significativos desse processo formativo, sobretudo no que concerne às atitudes e sistema de valores desenvolvidos; *compreender* como tais instâncias reforçam ou negam os valores como algo fundamental à formação do(a)s jovens e a base para a formação de sua liberdade e autonomia dentro da sociedade, porquanto, a passagem da heteronomia para a autonomia é o ponto crucial da formação da pessoa.

O objeto do estudo, portanto, consiste em compreender como as instâncias socioeducativas (especialmente a família e as organizações juvenis) desenvolvem *ações formadoras*, e como estão enfrentando os desafios e os conflitos de formar sujeitos cuja ação esteja fundamentada em valores, como amizade, sociabilidade, solidariedade, valor atribuído ao trabalho e percepções sobre gênero.

Inferese dessas reflexões, que se torna urgente privilegiar as interações mediatizadas pelo agir comunicativo, realizadas por grupos sociais específicos, cujas relações são ainda predominantemente primárias entre os quais sobressaem grupos comunitários, famílias e organizações juvenis.

Os estudos abarcando a problemática da pesquisa foram balizados por Abramo (1997), Acosta (2005), Aquino (1996), Bourdieu (1998), Bruschini (1990), Canevacci (1982), De La Taille (2004), Freire (1998), Forquin (1993), Geertz (1978), Ginzburg (1985), Gramsci (1978), Guareschi (2003), Habermas (1988), Longarezi (2001), Macedo (1996), Minuchin (1990), Pais Machado (1996), Piaget (1994), Rubio (2000), Stanhope (1999), Spósito (1994), Vgotsky (1984) e outros, a fim de possibilitar a compreensão das ações formadoras, privilegiando diferentes perspectivas.

Quem pesquisa a realidade humana enfrenta hoje um processo de reflexão e de crítica, que atinge o cerne da própria produção do conhecimento e seu fim na sociedade. No âmbito da investigação social, firma-se a tendência histórica, tendo como uma de suas vertentes o modelo dialético, que, por situar-se no plano da realidade e no plano histórico, procura apreender e trabalhar a trama de relações contraditórias que forma o tecido social, objetivando atingir a essência do mundo real, a gênese e a transformação deste. Esta ferramenta possibilita revelar a gênese e a natureza dos fenômenos estudados, evitando a fragmentação da realidade. Noutros termos, a correta utilização deste paradigma permite problematizar a realidade, levando em conta as relações sociais e os movimentos da sociedade para interpretá-los à luz das contribuições teóricas, enfim, realizar um esforço sistemático e crítico com o propósito de ir além da aparência da realidade.

É preciso deixar claro que demarcamos, neste estudo, uma das perspectivas da dialética, enquanto paradigma ontometodológico, que busca a relação entre o objeto teórico (constituído no âmbito de determinada ciência), o método utilizado e o objeto real do estudo. A trajetória metodológica parte do concreto (empírico), passa pelo abstrato (teoria), para chegar ao concreto

-pensado. Tarefa como esta exige do investigador um esforço de apreensão, análise e síntese do objeto estudado. A tarefa fundamental da investigação é precisamente esta - desocultar a estrutura da realidade, atingir a essência do fato estudado.

Para tanto, o pesquisador necessita usar os instrumentos teórico-metodológicos adequados. Significa que se trata do emprego de uma abordagem, a qual, na elaboração do conhecimento, contribua para a integração entre a realidade específica e a totalidade investigada. Isto porque, pensar dialeticamente implica a tentativa de compreensão total da realidade, operando com o movimento que vai do todo às partes, e destas ao todo, pois um elemento adquire significado quando inserido no conjunto que lhe dá coerência. Este percurso consiste em ir do fato empírico (imediato) para a visão conceitual (mediata) e vice-versa, indicando que, do ponto de vista da lógica, há um circuito de relações que envolvendo duas metades complementares e contraditórias: numa das pontas, o semicírculo indutivo, que termina pela produção da abstração; no outro, a atividade operatória, que desce da abstração e vai até a realidade particular (semicírculo dedutivo), exprimindo no seu conjunto uma ação transformadora e unitária do ato do conhecimento.

Tal processo torna possível apanhar e trabalhar as múltiplas e contraditórias facetas da realidade investigada, tendo em vista que a dialética, como lógica do movimento, pode explicar as contradições presentes na realidade social. Esta reflexão indica que a realidade pode ser pesquisada de formas diversas, sob diferentes aspectos e níveis, desde que, naturalmente, empreguemos as ferramentas apropriadas para descobrir suas relações essenciais e sejamos capazes de historicizar o objeto investigado.

A produção do conhecimento, realizado desde a perspectiva crítica, revela a existência de pelo menos dois caminhos para

a concretização das pesquisas. O primeiro procura estabelecer explicações abrangentes sobre a realidade social, realizando estudos macrossociais. O outro privilegia a investigação de realidades específicas (microsociais), buscando entender a natureza, e as relações de determinados fenômenos, em suas articulações com o todo que lhe dá coerência. A importância dos elementos fundamentais da vida real - o estudo das situações concretas como base para a formulação de uma ciência do homem - adquire relevância com o pioneirismo das investigações de Marx e Engels, que nos ensinam: “não se parte do que os outros dizem, imaginam ou pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação, e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso, parte-se dos homens, da sua atividade real” (1971:28).

Os pesquisadores, preocupados com o estudo de realidade apontam para a necessidade de explicações microsociais no intuito de fazer avançar o conhecimento das questões concretas. Daí a grande relevância do fato de que procuramos manter coerência com o caminho metodológico escolhido, nas pesquisas de campo que realizamos focando a juventude e suas famílias. Fazer pois, um grande esforço com vista a traduzir as categorias de análise em categorias que permitam a observação empírica da realidade que pretendemos investigar, que chamamos de categorias concretas, temáticas ou de estudo. O ponto inicial desta discussão encontra-se no pensamento de Goldmann, quando este analisa a dialeticidade entre a parte e o todo, mostrando que um elemento (a parte) adquire significado dentro do conjunto (o todo) que lhe dá coerência (GOLDMANN, 1979). As contribuições dos autores permitiram adquirir maior clareza sobre a importância das explicações obtidas ao nível do cotidiano para o entendimento das questões estudadas na prática da pesquisa, uma vez que é

na esfera do cotidiano, da vida real, onde se manifestam as ações dos sujeitos e adquire concretude o rico tecido dos movimentos sociais e da práxis educativa, objeto da investigação.

O ensinamento de Goldmann (ob. cit.) todavia, nos alerta, desde o início, para a necessidade de se buscar o significado desta realidade imediata como suporte na imersão na realidade mediata, quer dizer, procurar as múltiplas determinações da parte estudada, na sua articulação histórica com a totalidade, que se obtém com base em análise fundada em categorias simples (na acepção de Marx), considerando não ser possível conhecer a totalidade social sem conhecer o cotidiano, do mesmo modo que é impossível conhecer a vida cotidiana sem o conhecimento crítico da sociedade, onde esta se insere (LEFEBVRE, 1991). Este autor nos diz ainda que o ponto de partida reside em examinar as representações dos atores, no seu que fazer. Dissecando os fatores que as produzem. É oportuno considerar que o cotidiano do ator social é implicado pela lógica societária antagonica que dissemina ideologias e valores necessários à perpetuação da ordem dominante. Dessa forma, faz-se necessário apreender as particularidades operativas da óptica dominante na disseminação de seus valores e de seus mecanismos e estratégias de dominação, na relação do todo com as partes.

Uma de nossas tarefas metodológicas consistiu em articular as duas dimensões da realidade (os níveis macro e microssocial), traduzindo as *categorias de análise* (entendidas como conceitos básicos que norteiam o estudo) em *categorias temáticas* que possibilitam um contato direto com a realidade empírica investigada, ou seja, extrair categorias oriundas da vida real dos agentes, no caso, os jovens investigados e suas famílias (categorias concretas), capazes de se articularem de forma coerente com as categorias de análise derivadas da teoria que embasa a pesquisa.

O ponto de partida consistiu em considerar a juventude como *categoria social* (conceito básico que norteia o estudo)³, abordando-a, sob o duplo enfoque que privilegia simultaneamente a unidade e a diversidade desta enquanto elaboração social (MACHADO PAIS, 1996).

Estudar as práticas dos atores sociais, particularmente a da juventude, requer do pesquisador uma atitude que valorize a comunicação entre os polos - investigador e investigado - objetivando captar e interpretar a compreensão que estes têm acerca de sua realidade. Isto significa aprender como eles vivem, pensam e trabalham, as lutas que empreendem; as formas de expressões culturais próprias do grupo (quer no campo, quer na periferia urbana); desvelando, assim, sua mentalidade, suas direções perspectivas.

O cotidiano dos grupos juvenis é constituído por um corpo vivo de relações entre seus integrantes. Estas são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Interessa penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas, entender as trocas que realizam entre si (envolvendo, estudo, lazer, trabalho, serviços, significados, ações solidárias, saberes).

Dessa tentativa de compreender as ações e relações realizadas pelos agentes, como parte e totalidade do real, derivam os procedimentos metodológicos usados na investigação, o papel do pesquisador, as formas de inserção e participação dos sujeitos investigados, bem como as análises e as conclusões do estudo.

A visão exposta auxilia na apreensão e entendimento do real. É contudo, oportuno, sublinhar a ideia de que a própria

3. A população pesquisada abrange tanto adolescentes (14 a 17 anos), quanto jovens (17 a 25 anos). Neste estudo, a categoria jovem designa estes dois conjuntos etários, de forma agregada.

realidade concreta e viva da investigação impõe a adoção de procedimentos distintos nas diversas situações que expressos ao investigador. Isto torna possível captar o movimento dos sujeitos pesquisados em distintas situações, fornecendo elementos para uma análise seguramente mais aproximada da realidade, onde se produz e reproduz a subsistência e os saberes.

Considerando a complexidade das relações estudadas demandamos um caminho apropriado para penetrar o emaranhado mundo dos jovens e de seu ambiente.

A pesquisa de campo compreendeu duas fases principais. Uma envolveu a aplicação de questionário com vistas a colher dados para traçar um perfil das famílias e dos jovens das áreas investigadas. Os aspectos cobertos enfatizaram a situação socioeconômica da família, especialmente a condição da moradia e a renda familiar; e, ainda, a situação referente à educação, à cultura e aos valores.

A outra foi desenvolvida com organizações sociais juvenis (grupos formais e informais), quando foram colhidas informações de cunho qualitativo mediante o emprego de procedimentos que consideraram o papel formador da família e das organizações sociais juvenis, trabalhadas especialmente com grupos focais, privilegiando-se as ações e relações da juventude com vistas à constituição de valores, tomando como referência as categorias temáticas - *amizade, solidariedade, sociabilidade, o valor do trabalho para os jovens, além das questões de gênero*. Referidas informações foram obtidas com o emprego de múltiplos procedimentos metodológicos, descritos a seguir.

Com origem nessa óptica descobrimos a necessidade e a importância dos procedimentos projetivos em pesquisa, ou seja, técnicas de captação de informações atuantes de forma reflexiva, possibilitando que os sujeitos se projetem como num espelho e revelem os significados de fatos e situações que, via de regra, são

ocultados quando se usam outras técnicas, como observação, entrevista etc. Isso ocorre porque os procedimentos projetivos (especificados a seguir) permitem penetrar a subjetividade dos atores sociais, e as descobertas não resultam apenas em discurso muitas vezes vazio, mas também no significado da própria prática.

Na escolha deste caminho, recebemos a influência de várias vertentes teóricas e de áreas diversas do conhecimento (Psicologia, Antropologia, Sociologia). No caso específico das técnicas projetivas duas experiências foram fundamentais para a caminhada aqui relatada - a do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, e o Psicodrama, de Jacob Moreno.

O psicodrama foi definido por Moreno (1973, p.17) como *a ciência que explora a verdade por métodos dramáticos*. A palavra drama vem do grego e significa ação ou algo que acontece, mostrando que o berço do psicodrama se encontra no próprio teatro.

Para Moreno, a existência humana comporta-se de modo similar a um drama, representado por múltiplos atores, cujo enredo é para eles inconsciente. Desse modo, o elemento dramático emerge da subjetividade do ator, da razão por que, é repleto de significados que aparecem como se fossem oriundos de uma realidade exterior. Na verdade, a noção de inconsciente refere-se ao inconsciente comum (coletivo). Assim, o protagonista, expressa o inconsciente social como reservatório da memória histórica do grupo, que de algum modo sintetiza as tradições de várias gerações. No caso dos jovens, essa dimensão aparece de maneira muito intensa quando são estudados temas como família, sexualidade, por exemplo.

Na experiência do Teatro do Oprimido, de Boal⁴, o grande

4. O "Teatro do Oprimido" surgiu da experiência de Augusto Boal e mais seis atores. Desde 1971, o método foi se expandindo, tanto geograficamente como nas áreas de atuação. A experiência chegou a 50 países e se desdobrou

valor reside na utilização do teatro como instrumento pedagógico e, especialmente, no modo de ser realizado, que enfatiza a espontaneidade, com vistas a possibilitar ao ator improvisar, criar conteúdos, mas, principalmente, desenvolver uma rica dramaticidade - noutros termos, exteriorizar o inconsciente.

Ao trabalhar com as técnicas projetivas (quer no caso do teatro, do filme ou do vídeoclip), procuramos tirar partido da riqueza de seu caráter semiótico, buscamos estudar os significados/sentidos apresentados por estas linguagens. Com base nesta técnica, podemos verificar, junto aos grupos de jovens, seus discursos, a explicitação de suas ideias sobre a temática estudada motivados pelo filme/teatro, na análise do cotidiano vivido por esses sujeitos.

A introjeção dos papéis de personagens numa fusão com a realidade abre possibilidades para a discussão desejada em nosso trabalho. Ao *discutir* o conteúdo do filme ou da peça teatral, os jovens não se expõem diretamente, mas de modo indireto, porquanto utilizamos os recursos (personagens e situações) para exporem suas idéias sem constrangimento. Deste modo, o recurso do filme/teatro passa a ser um indutor do problema, não um mero extrato da realidade que se poderia constatar, mas também, um elemento discursivo que tanto induz o telespectador para o questionamento como problematiza a realidade; a ficção e a realidade se mesclam no momento em que os sujeitos trazem suas falas para traduzirem seus conceitos e sentimentos. Tais linguagens por sua riqueza semiologia, por sua incontestável capacidade de

em teatro-jornal (colagem de reportagens), teatro-invisível (enquete em locais públicos sem o público saber que era encenação), teatro imagem (uso somente da linguagem corporal), teatro-fórum (a plateia altera a cena) e teatro arco-íris do desejo (técnicas psicoterapêuticas) Folha de São Paulo, Caderno Ilustrado, 10/03/2001.

veicular informação e por seu elevado grau de autonomia relativa em comparação à verbal (importância das imagens, da montagem etc.), são, sem dúvida, entre todas as linguagens, no sentido figurado, uma das que melhor se prestam ao confronto com a linguagem propriamente dita (METZ, 1973: 44).

Ora, identificar tais elementos implica situar o ator social estudado no seu contexto, de modo a compreender seu discurso, sua racionalidade, as justificativas e motivos de ação - elementos que ele compartilha com seus pares ou sua comunidade, expressando, portanto, uma dimensão social. Tal perspectiva encontra suporte metodológico apropriado na Etnometodologia, que, além de orientar a observação e compreensão da vida cotidiana, dos saberes, das culturas de experiência que a constituem, fundamenta-se numa concepção de sociedade, como algo em processo de elaboração onde os atores constroem sua existência social em contexto de interação. Esta concepção atende à nossa compreensão da cultura da experiência vivida como produto da integração de um sujeito que elabora e constrói sua identidade e sua sociabilidade e tem como objetivo *a busca empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, construir suas ações cotidianas: comunicar, tomar decisões, raciocinar* (COULON, 1995:17). Esta abordagem é usada na fase de aprofundamento das informações, quando se buscam as razões, os fundamentos que embasam as ações dos sujeitos investigados; para tanto, foi usado um conjunto de procedimentos -as “técnicas projetivas” – surgidas da necessidade de adotar procedimentos metodológicos capazes de levar os jovens a expressarem o que pensam e sentem, de uma forma indireta, projetando-se em situações de outros jovens (personagens)⁵.

5. Para o detalhamento e emprego dos procedimentos, consultar *O caminho se faz ao caminhar* (Damasceno & Sales, 2005).

1.2 A família como instância socioeducativa formadora da juventude

Inicialmente é desenvolvida uma reflexão acerca da família, objetivando compreender como esta instituição se construiu e evoluiu historicamente. Portanto, nesta parte do relato, são desenvolvidas algumas reflexões sobre a família na qualidade de instância formadora.

Em primeiro lugar é relevante destacar o fato de que a família não é uma instituição natural, e sim uma instituição social historicamente determinada pelas circunstâncias. Portanto, cabe superar a aparência de naturalidade da família, entendida como uma criação social e histórica que assume configurações diversificadas, em decorrência de fatores econômicos, sociais e culturais.

De saída, é importante entender a família como um grupo social concreto, composto por indivíduos ligados por laços de sangue, adoção ou aliança, aceitos socialmente, e organizado em núcleo de reprodução biológica e/ou social (procriação, consumo). Assim, a família representa um grupo social primário, que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. Trata-se de um grupo de pessoas, ligadas por descendência com procedência em um ancestral comum, unida por múltiplos laços capazes de manter os membros, moral, material e reciprocamente, durante uma vida no curso das gerações.

Ao definir família, muitos autores a entendem como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos seus membros, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera mediado por padrões transacionais. A família, como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo no plano social e cultural, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990).

A família assume estrutura característica. Por estrutura, entende-se, “uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se inter-relacionam de maneira específica e recorrente” (WHALEY e WONG, 1989, p. 21). Deste modo, a estrutura familiar compõe-se de um conjunto de indivíduos providos de condições e em posições socialmente reconhecidas, e com uma interação regular e recorrente, também ela, socialmente aprovada. A família pode então, assumir uma estrutura *nuclear*⁶ ou *conjugal*, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. A estrutura nuclear tem uma grande capacidade de adaptação, reformulando a sua constituição, quando necessário. Resta reconhecer por outro lado, os tipos de família que estão surgindo e ocupando seus espaços como as famílias homoafetivas (agora reconhecida legalmente), além de arranjos familiares como àquelas que não têm filhos, bem com, as que são recompostas, por via de novas uniões e/ou casamentos.

Quanto ao tipo de relações pessoais próprias de uma família, os estudiosos do tema referem três tipos de relação, a de aliança (casal), a de filiação (pais e filhos) e a de consanguinidade (irmãos). É nesta vinculação de parentesco, de pessoas que se vinculam pelo casamento ou por uniões sexuais, que são gerados os filhos.

O conceito de família, ao ser abordado, evoca, obrigatoriamente, os conceitos de papéis e funções. Em todas as famílias, independentemente da sociedade, cada membro ocupa determinada posição ou tem certo estatuto, como, por exemplo, marido, mulher, filho ou irmão, sendo orientados por papéis. Estes representam as expectativas de comportamento e direitos que

6. Convém ressaltar que existem outras configurações de famílias, como a monoparental, a ampliada ou consanguínea.

estão associados a uma dada família ou grupo social (STANHOPE, 1999).

Assim sendo, e começando pelos adultos na família, os seus papéis variam muito, devendo ser considerados como característicos os seguintes: a socialização da criança, relacionado com as atividades contribuintes para o desenvolvimento das capacidades mentais e sociais da criança; os cuidados às crianças, tanto físicos como emocionais, perspectivando o seu desenvolvimento saudável; o papel de suporte familiar, que inclui a produção e/ ou obtenção de bens e serviços necessários à família; o papel de encarregados dos assuntos domésticos, onde estão incluídos os serviços domésticos, que visam ao prazer e ao conforto dos membros da família; a função da família de manutenção das relações familiares, relacionados com a manutenção do contacto com parentes e implicando a ajuda em situações de crise.

Relativamente aos papéis dos irmãos, estes são promotores e receptores, em simultâneo, do processo de socialização na família, ajudando a estabelecer e manter as normas, promovendo o desenvolvimento da cultura familiar. "Contribuem para a formação da identidade uns dos outros servindo de defensores e protectores, interpretando o mundo exterior, ensinando sobre equidade, formando alianças, discutindo, negociando e ajustando mutuamente os comportamentos uns dos outros" (IDEM: 502). Há a salientar, relativamente aos papéis atribuídos, que será ideal existir alguma flexibilidade, assim como a possibilidade de troca ocasional desses mesmos papéis, quando, por exemplo, um dos membros não possa desempenhar o seu.

Como os papéis, as funções estão igualmente implícitas nas famílias, como já referido. As famílias como agregações sociais, ao longo dos tempos, assumem ou renunciam funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades

da sociedade de pertença Nesta perspectiva, as funções da família regem-se por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros, e o outro externo, como a acomodação a uma cultura e sua transmissão. A família deve, então, responder às mudanças externas e internas, de modo a atender às novas circunstâncias, sem, no entanto, perder a continuidade, proporcionando sempre um esquema de referência para os seus membros (MINUCHIN, 1990). Existe, conseqüentemente, uma dupla responsabilidade - de dar resposta às necessidades, quer dos seus membros, quer da sociedade (STANHOPE, 1999).

Os estudiosos identificaram como funções familiares, as seguintes: *“geradora de afecto”*, entre os membros da família; *“proporcionadora de segurança e aceitação pessoal”*, promovendo um desenvolvimento pessoal natural; *“proporcionadora de satisfação e sentimento de utilidade”*, através das actividades que satisfazem os membros da família; *“asseguradora da continuidade das relações”*, proporcionando relações duradouras entre os familiares; *“proporcionadora de estabilidade e socialização”*, assegurando a continuidade da cultura da sociedade correspondente; *“impositora da autoridade e do sentimento do que é correcto”*, relacionado com a aprendizagem das regras e normas, direitos e obrigações características das sociedades humanas. Transpondo estas funções, Stanhope (1999) acrescenta ainda uma função relativa à saúde, na medida, em que a família protege a saúde dos seus membros, dando apoio e resposta às necessidades básicas em situações de doença. “A família, como uma unidade, desenvolve um sistema de valores, crenças e atitudes face à saúde e doença que são expressas e demonstradas através dos comportamentos de saúde-doença dos seus membros (estado de saúde da família)” (IDEM; p. 503).

Os pesquisadores que abordam o tema desde a perspectiva psicológica são unânimes em realçar a noção de que a família tem

como função primordial a protecção, tendo sobretudo, com potencialidades para dar apoio emocional a fim de resolver problemas e conflitos, podendo formar uma barreira defensiva contra agressões externas, cabe reforçar a ideia de que a família ajuda a manter a saúde física e mental da pessoa, por constituir o maior recurso natural para lidar com situações potenciadoras de stress associadas à vida na comunidade.

Relativamente à *criança*, sua necessidade mais básica remete-se à figura materna, que a alimenta, protege e ensina, assim como cria um apego individual seguro, contribuindo para um bom desenvolvimento da família e, conseqüentemente, para acertada condução da criança. A família é, então, para a criança, um grupo significativo de pessoas, de apoio, como os pais, os pais adotivos, os tutores, os irmãos, entre outros. Assim, a criança assume um lugar relevante na unidade familiar, onde se sente segura. Na contextura da socialização, a família assume, igualmente, um papel muito importante, porquanto é ela que vai formar e apoiar o comportamento e o sentido de identidade da criança. Ao crescerem juntas, família e criança, promovem a acomodação da família às necessidades da criança, delimitando áreas de autonomia, que a criança experiencia como separação.

A família tem, ainda, um papel essencial para com a criança, que é o da afetividade. Tal como já referido, sua importância é primordial pois considera o alimento afetivo tão imprescindível como os nutrientes orgânicos, haja vista que a ausência do afeto de um adulto, pode contribuir para que a criança não desenvolva a sua capacidade de confiar e de se relacionar com o outro. Importa reter a ideia de que a família constitui o primeiro e o mais importante grupo social de toda a pessoa, bem como o seu quadro de referência, que se estabelece mediante as relações e identificações que a criança criou ao longo de sua formação.

De outra parte, é preciso considerar que essa visão de família embora tenha uma grande força histórica vem se modificando substancialmente, na atualidade nem sempre essa família “ideal” apóia, abriga e acolhe seus membros, sendo relevante chamar a atenção para o fato de que essa instância, como parte da sociedade civil repleta de conflitos, e, portanto, também preta de contradições.

Trata-se, por conseguinte, de uma instituição social que tem se transformado através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e socioculturais do contexto em que se encontram inseridas. É um espaço continuamente renovado e reconstruído. O conceito de próximo encontra-se realizado mais do que em outro espaço social qualquer, e deve ser visto como um espaço político de natureza criativa e inspiradora. Assim, a família deverá ser encarada como um todo que integra contextos mais vastos, como a comunidade em que se insere, um “sistema de membros interdependentes que possuem dois atributos: comunidade dentro da família e interação com outros membros” (STANHOPE, 1999, p. 492).

Observável é o fato de que, embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, ou seja, concomitante aos estilos dominantes de cada época. Além disso, o surgimento de uma tendência não eliminava imediatamente a outra. Prova disto está no fato de que, no início do século, foi possível identificar a presença do homem patriarca, da mulher “rainha do lar” e da mulher trabalhadora. Assim, não podemos falar de família, mas de famílias, para que possamos tentar cobrir a diversidade de relações e das normas de convivência na sociedade.

A relação dos sujeitos com as regras, princípios e valores, elementos constituintes da moral, é expressa como algo deveras

relevante para o convívio coletivo. Há consenso na ideia de que cabe à família um importante papel nesse contexto; naturalmente, esta não é a única responsável.

No processo formativo realizado no seio da família toda ordem ou repreensão deve vir acompanhada da explicação de sua razão de ser, em geral, baseada na conseqüência dos atos (responsabilidade) e na consideração do outro. Por exemplo: se você mentir, ninguém mais vai acreditar em você; se não fizer a tarefa, não conseguirá acompanhar as atividades em sala de aula.

Esta perspectiva se apoia na ação comunicativa, de Habermas (1988), com base na qual os limites são trabalhados, sustentando-os em explicações. Consoante os especialistas, este tipo de formação é o que mais contribui para a promoção da autonomia moral, pois não se abstém de colocar limites, nem silencia sobre o que é permitido ou proibido. Seu grande diferencial é o de trazer a dimensão racional (baseada na razão comunicativa), considerando a razão de ser das regras e princípios, trabalhando a ideia de que a moral possui fundamentos racionais que podem ser avaliados à luz da racionalidade interativa.

Importa reafirmar que a família é um lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estrutura. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se gravam as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1988).

Deve ser acrescentado o fato de que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulta. A família foi, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas (GOKHALE, 1980).

1.3 O esboço de um perfil das famílias pesquisadas

1.3.1 Situação socioeconômica das famílias

Nesta parte do trabalho discutem-se os resultados empíricos obtidos mediante a aplicação de um questionário com vistas a colher dados para traçar um perfil das famílias das áreas investigadas. Os aspectos privilegiados enfatizam a situação socioeconômica da família, especialmente a condição da moradia e da renda familiar (os resultados estão organizados em tabelas e gráficos, em anexo). As informações são complementadas com opiniões dos jovens acerca da família, coletadas por via de grupos focais.

No que diz respeito à situação socioeconômica da família buscamos informações concernentes à moradia, privilegiando os aspectos humanos, ou seja, a tipologia das pessoas que residem e as condições do imóvel.

Os resultados exibidos nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, bem como os gráficos 01, 02, 03 e 04 (em anexo), oferecem elementos que permitem traçar um perfil das condições de moradia da população das áreas estudadas.

A maioria afirma que mora em casa própria, embora o tipo de residência seja muito simples e as condições sanitárias precárias. Por seu turno, uma minoria da população tem acesso à água

tratada (ençanada) e a área não dispõe de esgotamento sanitário, o que predispõe a toda sorte de doenças, cabendo ressaltar que alguns imóveis sequer têm fossa séptica. Na verdade, parte das moradias não é constituída por imóveis pertencentes à família nuclear, e sim aglomerado de pequenas casas pequenas, mas em cada uma delas moram uma família, formando no conjunto, uma espécie de cortiço⁷ (no mesmo lote), onde coabitam pessoas de uma mesma “clã” familiar, composta por várias gerações.

Com efeito, no tocante ao item saneamento básico, a situação em Fortaleza também é preocupante, haja vista que, embora a cidade tenha cerca dois milhões e meio de habitantes, ainda tem um longo caminho a percorrer para se inserir entre as capitais mais desenvolvidas do País. A cobertura de esgotamento sanitário da Capital do Ceará é hoje de apenas 50,56%. Especialistas em Saúde Pública alertam para o fato de que, a destinação incorreta de resíduos e dejetos torna a população vulnerável às diversas doenças, sobretudo as de veiculação hídrica, como as infecções gripais e gastrointestinais.

A situação detectada na capital do Ceará aproxima-se daquela encontrada em âmbito nacional. De acordo estudo da Fundação Getúlio Vargas, apenas 49,44% da população brasileira tem acesso ao saneamento básico (NERI, 2009).

De conformidade com as informações coletadas, constatamos que a média de pessoas por família situa-se em torno de quatro pessoas por domicílio - o casal e dois filhos⁸, posto que a maioria tem apenas um (31,40%) ou dois (31,40%) filhos. Isto

7. De acordo com o Dicionário AURELIO, cortiço é uma habitação coletiva das classes pobres.

8. Dados do IBGE sobre estrutura familiar constatou que as famílias monoparentais, compostas por apenas um dos pais e filhos, cresceram de 7,8% do total para 14,4%, nos últimos quinze anos.

significa dizer que 63% das famílias têm até dois filhos. Convém destacar que no âmbito nacional, esta redução foi ainda mais acentuada. Acompanhando os dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, verifica-se que a família brasileira vem perdendo integrante a cada avaliação, pois anteriormente, era composta por 4,5 pessoas em média (1980), passou para 3,7 (1992), e, nos últimos vinte anos essas taxas reduziram consideravelmente, haja vista que, atingiu 1,95 filhos por família (2011). Isso no Brasil como um todo.

O histórico declínio das taxas de fecundidade é reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como: aumento da urbanização, maior participação de mulheres no mercado de trabalho, elevação da escolaridade, disseminação cada vez maior dos métodos anticoncepcionais, entre outras mudanças. É importante destacar que a taxa de fecundidade vem sofrendo um processo de redução bastante acentuado em todos os grupos sociais (Tabela 1.5).

Como se pode observar, houve redução significativa no número de habitantes por família, se considerarmos os antigos padrões quantitativos do universo familiar, motivado pelas precárias condições socioeconômicas atuais que não evidenciam nem espaço físico, nem condições de subsistência compatíveis com um número de componentes maior. Tal fato também é reforçado pela inexistência de agregados à família, o que era comumente encontrado nos grupos familiares tradicionais.

Cabe realçar também que, focando a população das áreas pesquisadas quanto à faixa etária, observa-se que esta se concentra em torno de dois segmentos principais – os jovens (entre 15 e 25 anos) representam 40% da população, enquanto os adultos (entre 26 a 55 anos) abrangem 33% do grupo estudado.

O exame da situação das pessoas que possuem rendimento nas famílias (tabela 7 e gráfico 5, em anexo) revela em primeiro

lugar que o tipo de ocupação predominante se vincula ao trabalho temporário, como vigilante, mecânico, eletricista, servente em obras da construção civil, motorista. Uma parte é composta por mulheres que atuam como diaristas, costureiras, bordadeiras, empregadas domésticas, produzem artesanato; além de aposentaria e ganhos advindos dos programas de transferência de renda, especialmente a bolsa família, que atinge parte significativa da população reconhecidamente de baixa renda.

A análise do valor dos rendimentos percebidos (tabela 9 e gráfico 6) mostra em suas linhas gerais um quadro preocupante, tendo em vista que 54,90% das famílias percebem rendimento entre R\$ 351,00 e R\$ 700, 00. O mais grave é que cerca de 10% possuem rendimento abaixo de R\$ 350,00. Tal situação torna-se ainda mais inquietante se for levado em conta que 62,74% das famílias possuem um número maior de pessoas contribuindo financeiramente, evidenciando ainda mais a exploração da mão de obra a que são submetidos seus membros (cf. tabela 8).

Comparando as informações obtidas junto ao grupo investigado com os estudos de abrangência nacional, a situação apresenta-se diferente. De acordo com as pesquisas do IBGE (2008) o rendimento médio mensal por domicílio atingiu R\$ 1.968, observando-se um ganho de 2,8%. Vale ressaltar que a elevação ocorreu principalmente nas classes com rendimentos mais baixos. De outra parte, é conveniente destacar que a despesa média da família brasileira é de R\$ 1.778,03 ao mês. O Sudeste é onde se gasta mais (R\$ 2.163,09 ou 21,66% acima da média nacional) e o Nordeste é onde se gasta menos (R\$ 1.134,44 ou 36,20% abaixo da média). Entre as unidades da Federação, os maiores valores foram do Distrito Federal (R\$ 3.195,21), Rio de Janeiro (R\$ 2.343,45) e São Paulo (R\$ 2.337,17). Com valores mais baixos, aparecem Maranhão (R\$ 842,66), Paraíba (R\$ 904,24) e Piauí (R\$ 975,67).

R/14187257

PERGAMUM
BCCE/UFV

Outro aspecto relevante que procuramos analisar foi o tipo de consumo das famílias (tabela 10 e gráfico 7). Notamos uma situação dentro das expectativas, qual seja, os bens de consumo são aqueles considerados básicos: televisor 100%; geladeira 88%; som (principalmente rádio) 78,43% e telefone, inclusive aparelho celular, 78,43%. Enquanto isso, os bens culturais, como livros, jornais e revistas, praticamente inexistem, assim como computador pois apenas cerca de 2,00% das famílias já o possuem.

Como se pode concluir, o quadro mostra uma situação de-
veras interessante no que concerne ao consumo de bens duráveis (televisor, geladeira, aparelho de som, telefone celular etc.). Dentro os fatores que explicam este tipo de consumo, há dois que devem ser mencionados – o aumento da massa salarial da população de baixa renda nos últimos anos e o efeito dos programas de transferência de renda, especialmente a bolsa família. Com efeito, estudos focando o Programa Bolsa Família no consumo das famílias mostram o impacto positivo deste mecanismo de transferência de renda no incremento do consumo de bens duráveis, devendo ser considerado também fator segurança, haja vista que o fato irem receber o benefício facilita e possibilita a compra a crédito e o endividamento. Conforme estudo a injeção de recursos do aludido Programa tem um efeito multiplicador mais nas economias locais, à medida em que a pobreza do município é maior. O reflexo disso foi o aumento do consumo de bens duráveis entre as famílias muito pobres que recebem a bolsa família. Com o passar do tempo, as famílias ganharam de segurança que vão receber o benefício e, assim, puderam destinar parte de sua renda para a compra, a prazo, de eletrodomésticos (MARQUES, 2008).

As pesquisas do IBGE (IBID) mostram que, em quase todos os grupos de rendimento, o valor médio das despesas é maior do que o valor do rendimento. Apenas o grupo acima de R\$

3.000 gasta, em média, menos do que recebe. Uma comparação entre os dois extremos dos grupos de rendimento familiar mensal revela as desigualdades no consumo, no País. A faixa de mais baixo rendimento (até R\$ 400) representa 16,38% das famílias, e na faixa mais alta (mais de R\$ 6.000), 5,08%, de forma geral, em valores absolutos, os gastos aumentam conforme a renda, em todos os grupos de despesa. Em termos percentuais, é possível perceber as diferenças nos padrões de consumo.

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará por intermédio do CETREDE, utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, revela a grave concentração da renda e das condições de vida da população do Ceará, de Fortaleza e especialmente da região estudada. Convém ressaltar que a pobreza é entendida como relação historicamente determinada entre os grupos sociais, na qual um segmento significativo da população está privado dos meios que viabilizam atingir níveis adequados de bem-estar social. Para que esta situação seja alterada, fazem-se necessárias mudanças nas relações sociais, considerando que esta deve ser compreendida como um processo de exclusão e não apenas como ausência de rendimento.

A situação de pobreza traz impacto sobre a satisfação das necessidades humanas básicas, como serviços de saúde, educação, saneamento, transporte público, entre outros. Complementando as informações sobre a situação da moradia, a equipe de pesquisa procurou saber quais os serviços públicos cujo funcionamento apresentava condições piores ou melhores, segundo a opinião dos usuários. O resultado mostra que os piores são: transporte público, pavimentação das vias, saneamento básico e esgoto e segurança. Outros serviços foram avaliados como funcionando razoavelmente bem no meio social pesquisado: água e luz, coleta de lixo, posto de saúde, escola.

1.3.2 A situação socioeducacional e cultural das famílias

Nesta parte do estudo, consideramos à situação referente à educação, à cultura e aos valores. A análise foca em primeiro lugar a educação escolar, envolvendo os seguintes aspectos: frequência escolar dos filhos, motivos pelos quais faltam à escola, escolaridade da mãe e do pai, tipo de escola onde os filhos cursaram o ensino fundamental (os resultados estão organizados em tabelas e gráficos, em anexo).

Ao ouvir os pais sobre a frequência escolar dos filhos (tabelas 11 e 12, gráfico 8 e quadro 2) constata-se a metade aproximadamente afirma que os filhos às vezes faltam à escola, mas, ao procurarmos saber as razões da falta, a maioria (71,70%) relata que a falta é motivada por doença. Nas conversas ou entrevistas, descobrimos que as doenças mais comuns relatadas são gripes, diarreias, dores de cabeça. Ora, tais enfermidades são típicas de áreas com problemas graves de saneamento básico, caso da região estudada, como ficou patenteado na discussão sobre as condições de moradia.

O nível de escolarização dos pais é outro fator interferente na educação escolar das crianças e jovens, dificultando o acompanhamento educacional, notadamente das tarefas escolares. No caso em estudo (tabela 13, gráfico 9), constatamos: a escolaridade da mãe é ligeiramente superior à do pai, pois enquanto 15% dos pais se declaram analfabetos, apenas 5% das mães afirmam estar nesta condição. A mulher também possui situação melhor quanto aos anos de escolaridade, enquanto a mediana dos pais situa-se no primeiro grau incompleto (27, 45%), o máximo de escolaridade referida é o ensino médio incompleto, atingido por apenas 5%, as mães avançaram mais, pois 15,69% possuem o ensino médio completo e 2% obtiveram formação superior. Convém ressaltar o fato de os filhos terem mais oportunidade de avançar

nos estudos do que os pais, pois, 4,2% dos jovens estão cursando a universidade. Cabe destacar, ainda, que 85% da escolaridade, está foi realizada totalmente na escola pública (tabelas 14 e 15).

Ao investigarmos os assuntos das conversas em família, por ordem de frequência (quadro 3) encontramos o seguinte: violência, religião, família, futuro dos filhos/escolha da profissão. Por conseguinte, além do problema da segurança, as pessoas da área têm a questão da família, a preocupação com os filhos e as perspectivas de emprego como centro das discussões.

Na tentativa de aprofundar um pouco mais as relações familiares buscamos averiguar os valores praticados na família. Exibimos a seguir uma síntese dos resultados por ordem de importância (quadro 5): respeito dos pais e mais velhos, amizade na família e vizinhança, ajuda ao próximo, formação religiosa de crianças e jovens, luta contra o preconceito, cuidado com o meio ambiente, consciência dos direitos e deveres. Como pode ser observado são valores deveras relevantes e necessários para a convivência em sociedade.

De acordo com os pais, de um modo geral, os filhos têm bom comportamento - ordinariamente ajudam nas tarefas de casa (24%), têm bom aproveitamento nos estudos (22%), chegam à casa no horário combinado com os pais (23%), quando estão em casa assistem a televisão (14%), ou ouvem música (10%).

No percurso da investigação, houve o cuidado de complementar as informações obtidas do questionário e entrevistas sobre as relações familiares com outras de ordem qualitativa, conseguidas mediante a discussão grupal (técnicas projetivas), junto ao grupo de jovens da comunidade, ou seja, como eles enxergam as famílias em seu meio. Passamos então, a reproduzir algumas falas dos jovens acerca do tema.

Ao iniciar a discussão, questionamos (usando situações problemas), qual o tipo de família mais comum no meio social investigado.

“Bem, a gente chegou a uma conclusão, um consenso de que na nossa comunidade existem três tipos de convivência, na comunidade num total de 100% - 80% a gente engloba numa convivência familiar onde ainda há diálogo, uma família onde os pais compreendem os filhos, fala sobre a situação dos filhos, fala sobre drogas, embora tenha às vezes uma “bringuinha”, pequenos problemas, alguns conflitos entre os pais, e entre os irmãos, mas sempre se entendem”.

Outra parte, cerca de 20%, afirma – “a gente engloba como aquela família que já tem problemas sérios no relacionamento. A gente procurou entender porque hoje isso tá acontecendo, a gente viu que o pai, às vezes, chega bêbado, a mãe precisa trabalhar fora para ajudar a sustentar a família, os irmãos vivem brigando, não há diálogo. Então, muitos deles, caem nessa vida das drogas, prostituição, alcoolismo, porque é negada a oportunidade de diálogo”.

A maioria dos jovens ressalta que são famílias normais, ou seja, aquelas onde predomina o diálogo - “em casa a gente conversa, lógico tem alguns conflitos, se não tem com a mãe tem com o pai, tem com os irmãos, diz assim, não fale mais comigo e nunca mais; no outro dia tão amigo de novo”.

O conteúdo do discurso obtido mediante a discussão grupal confirma as opiniões expressas em respostas dadas ao questionário. Trata-se de um meio social onde a maioria das famílias ainda mantém um relacionamento razoável e boa parte dos jovens desenvolve uma convivência sadia.

Cabe ainda enfatizar que a preparação para o desempenho de papéis, visando a uma correta integração no tecido social, exige o reconhecimento da necessidade da convivência grupal,

conducente ao exercício da solidariedade e ao reconhecimento da diferença do “outro”. Em nossas pesquisas, temos ressaltado a realidade de que os jovens podem contribuir para a valorização grupal. Com efeito, as novas tecnologias da educação podem ajudar a fortalecer os laços de convivialidade nas práticas socioeducativas, cuja base se encontra na socialização realizada pela família. É preciso deixar claro, contudo, que a padronização em parte deriva da cultura mais ampla, mas também é influenciada por culturas específicas oriundas do grupo social, etário, étnico, religioso, a que o indivíduo pertence.

A socialização é o processo pelo qual alguém aprende os modos duma determinada sociedade ou grupo social, a fim de funcionar dentro dele; refere-se à aprendizagem dos modos de qualquer grupo social. Assim, “a socialização inclui aprendizagem, apreensão de padrões e sentimentos próprios de uma sociedade”. (ELKIN, 1968:14).

Uma dimensão que a pesquisa julgou relevante averiguar como instrumento de socialização refere-se às atividades recreativas, esportivas e culturais, em virtude da importância assumida por tais práticas na formação de crianças e jovens.

De conformidade com as informações coletadas junto às famílias e aos jovens, as atividades comumente realizadas estão sintetizadas nas tabelas 16 e 17, no gráfico 10 e no quadro 5 (anexo). O exame deduz que na sua maioria, as práticas vivenciadas são mais apropriadas para as crianças, enquanto aos jovens a ênfase recai sobre assistir a televisão (96,00%) jogar bola (16,13%), jogar videogame (12,90%), além de outras atividades, com destaque para o uso da internet.

Os dados obtidos confirmam resultados de outras pesquisas que mostram a carência de espaço para a concretização de práticas recreativas, esportivas e culturais em nossas periferias e,

especialmente, revelam a presença incipiente de políticas públicas nessas áreas.

Vale destacar que, até as primeiras décadas do século XX, a rua era identificada, principalmente, como lugar destinado ao homem e que também servia para diversão e lazer (DA MATTA 1985, p. 46). Ainda hoje ouvimos expressões “vá para o olho da rua!”, “já para a rua!”, “estou ou fiquei na rua da amargura” (DA MATTA, *ibidem*). Constatamos nas falas juvenis, é que a rua ganhou um novo enfoque, marcado pela conotação de moradia, autonomia, liberdade e lazer. O espaço da rua constitui-se palco de uma nova dinâmica social. Os jovens, sobretudo os residentes na periferia, se apropriam especialmente das localizações mais centrais, como as praças e ruas principais, para marcarem presença no cenário social, significando ser essa uma maneira de identificação como grupo social, diferente do “mundo da casa”. (SPÓSITO, 1994).

Uma das dificuldades observada atualmente para o uso do espaço da rua reside no crescimento da violência. Verifica-se que, como a rua é também um lugar de perigo e conflitos, manter os jovens em casa ou em espaços apropriados para as práticas de atividades recreativas, esportivas e culturais significa uma prevenção contra a violência e o uso de drogas, o envolvimento com tráfico e outros possíveis contratempos.

Para a criança e jovem das periferias urbanas, entretanto, conforme os dados demonstram, a rua ainda constitui o principal espaço para se expressarem na qualidade de categoria social. Como exemplo, temos a praça, que ainda representa o local onde os jovens podem namorar, dançar, praticar algum esporte, conversar e reunir o grupo para a troca de idéias. Ainda de acordo com Da Matta (IBIDEM), *a praça abre um território especial, uma região teoricamente do “povo”*. O espaço da rua fornece afirmação

da cultura juvenil e possibilidades de lazer, e o jovem também assume uma forma de ocupar o tempo e não ficar ocioso, e assim não se envolver com coisas indevidas, conforme a fala de um de nossos jovens:

Eu acho que o jovem gosta de brincar, de se divertir aqui tem muito pouco isso, não tem lazer, não tem praça, as atividades precisam ser mais abertas, o pouco que tem é restrito a quem joga bola, se não tem lazer e não tem como ocupar o tempo coisa boa não vai fazer (Gr. Periferia).

Os jovens manifestaram preocupação em vivenciar atividades culturais, como teatro, música, dança, mas ressaltam: *não condizem com a nossa realidade*, eles falam das dificuldades de espaço e dinheiro. Nessa perspectiva, o lazer está relacionado à condição social, reforça as diferenças sociais, daí a necessidade e a urgência da criação de espaços para os jovens da periferia.

Resta claro no discurso a noção de que o lazer se restringe ao futebol, pois há o reconhecimento de que o esporte é um meio importante para atrair os jovens, favorecendo a maior integração na comunidade, possibilitando afastarem-se das drogas.

O futebol é algo presente nos sonhos dos jovens. A prática deste esporte é possível ao jovem da periferia, porque tem um custo baixo e pode constituir uma grande oportunidade de vencer na vida mediante o talento. Denunciam a ausência de políticas públicas e reivindicam novos espaços, que forneçam oportunidades para aprender a fazer algo, aprender algo como tocar um instrumento, por exemplo. Portanto, torna-se necessário criar outras opções para assegurar a democratização das práticas de esporte, recreação e cultura.

Convém destacar, o fato de que é no esporte e na cultura onde o jovem tem maiores possibilidades de integração, de se divertir no encontro com os amigos. É no contexto desses dois tipos de atividades porém, que eles vivenciam as diferenças sociais, no que diz respeito à prática de determinados esportes e das atividades culturais.